FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

DISCIPLINA DES-5874: ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA
PODER DE POLÍCIA - VIOLÊNCIA POLICIAL
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019

1. Histórico da disciplina:

Primeiro semestre de 2018: Raízes e Manifestações	
Segundo semestre de 2018: Violência Institucional – Corrupção Sistêmica	
Primeiro semestre de 2019: Poder de Polícia – Violência Policial	

2. Docente responsável: Professora Doutora Eunice Aparecida de Jesus Prudente Professor Colaborador: Leandro Ferreira Bernardo

Doutor em Direito do Estado (FADUSP) e Advogado Público (AGU/PR)

3. Aulas Teóricas: 24 Horas: Aulas Práticas, 24 Horas: Seminários – **PRESENCIAIS**

12 Horas: Estudos - **Leituras e consultas eletrônicas**

Total: 54 horas - Duração em semanas: 12 (doze)

PROGRAMA

4. OBJETIVOS: Promover pesquisas interdisciplinares sobre comportamento do homo sapiens como ser, humano-biológico, racional, histórico,frágil, mas espetacularmente forte e construtivo no enfrentamento de fatos jurídicos naturais. Ser capaz de reflexões profundas detectando a ética em meio a análises filosóficas, políticas e forjando civilizações mediante atos jurídicos impressionantes, criando ciências e tecnologias. Também há o protagonismo humano negativo, destrutivo de vidas e bens. O Direito, ciência social aplicada, presente em toda a História dos grupos humanos com animus de permanência, é centrado no comportamento humano individual ou coletivo necessitando de muitas informações sobre o ser humano e suas construções e destruições. Analisar a organização política e como o Estado enfrenta as ações destrutivas do ser humano é fundamental na atualidade. É visível o desenvolvimento científico e tecnológico mas também os níveis de violência são insuportáveis conforme política de dados, ora desenvolvida. No caso específico do Brasil é manifesta a busca de soluções para a violência no âmbito penal e na aplicabilidade de sanções. O estudo aprofundado da

violência nos encaminhará para políticas públicas aplicadas à informação, educação, saúde e mesmo impondo aos cidadãos violentos outras prestações de fazer ou de não fazer, muito além das prisões aos jovens negros, pobres das periferias das cidades brasileiras. Tais objetivos demandam estudos sobre a violência sob todas as formas, física, psicológica, simbólica, institucional, bem como análises críticas quanto às estruturas estatais que se dispõem.

OBJECTIVES: To promote an interdisciplinary research on the behavior of homo sapiens as a human being, a biological being, rational, historical, fragile, but spectacularly strong and constructive when faced with natural legal facts. A being that is capable of deep thoughts,of ethics amid philosophical reflections, political analysis and to create civilizations through impressive legal acts, capable of creating sciences and technologies. However there is also the negative side of humans beings, destructive of lives and common heritage. The Law, an applied social science, which is present in all human groups throughout history willing to assert themselves, is centered on individual or collective human behavior necessitating of much information about human beings and their constructions and destructions. Analyzing the political organization and how the State faces the destructive actions of the human being is fundamental nowadays. Scientific and technological development are visible, but this does not necessarily result in a reduction on the unbearable levels of violence. In the specific case of Brazil, the search for solutions to violence end up in the criminal sphere and application of criminal sanctions. The in-depth study of violence will lead us to public policies applied to information, education, health, and even alternatives to incarceration, far beyond the prevailing model of massive incarceration of black youth and the poor in the outskirts of Brazilian cities. These objectives demand studies on violence in all its forms, such as physical, psychological, symbolic, institutional, as well demand a critical analysis of the existing state structures.

5. JUSTIFICATIVA: A formação de mestres e doutores na área Direito do Estado requer pleno conhecimento do Direito e da realidade a que ela se aplica. A Política de Dados Abertos sinaliza conquista do Estado Democrático de Direito pelos brasileiros, mas os dados sobre a violência demonstram que ainda muito precisa ser construído, quando órgãos técnicos públicos (IPEA, IBGE, Fundação SEADE), bem como organizações sociais não governamentais (Transparência Internacional, Transparência Brasil, Instituto Sou da Paz, Artigo 19), Contas Abertas, demonstram realidades gravíssimas por práticas de violência físicas, mas também formas de violência simbólica e institucional com o Estado ausente nas periferias pobres das grandes cidades brasileiras. Faz-se necessário o estudo aprofundado sobre esta realidade pelos juristas, verificando a estrutura estatal que temos e sobretudo as políticas públicas aplicadas ou a omissão das mesmas. Com apoio em outras ciências urge sejam descortinadas as causas da violência e os sujeitos. Em muitas situações nos deparamos com sujeitos agressores jovens, adolescentes, vitimados pela falta de informação, educação, intolerância religiosa, ainda pela fome e extrema desigualdade. Ao mesmo tempo que

visualizamos as vítimas vulneráveis, sem qualquer possibilidade de defesa, as mulheres violentadas no âmbito familiar, crianças baleadas nas escolas, adolescentes escravizados pelo crime organizado, famintos de toda espécie. Este é o quadro social que o Brasil apresenta. É preciso aprimorar a formação dos profissionais do direito com conhecimento e análises da realidade na qual o Direito será aplicado. Também preocupa a violência institucional quando negado o direito fundamental à informação, ocasiões em que o sigilo passa a ser a regra. Estudos com tais amplidão e profundidade requerem metodologia objetiva, escorreita com doutores e analistas compromissados com os direitos humanos fundamentais, principal fundamento do Estado.

JUSTIFICATION: The academic education of master and Ph.D.students in the Public Law area requires full knowledge of the Law and the reality to which it applies. The Freedom of Information law constitutes an achievement by Brazilians To advance the Democratic State of Law, but data on violence demonstrate that much needs to be done, especially when public technical bodies (IPEA, IBGE, SEADE Foundation) as well as non governmental social organizations (Transparency International, Transparência Brasil, Sou da Paz Institute, Article 19) demonstrate a grave reality, not only for physical violence, but also forms of symbolic and institutional violence with the absent State in the poor peripheries of large Brazilian cities.Jurists need to study in detail this reality, analyzing the existing State structure and above all the applied public policies or the lack of them. With an interdisciplinary approach, it is urgent to discover the causes of violence and its perpetrators. In many situations, we encounter young, adolescent aggressors, victims of lack of information, education, religious intolerance, hunger and extreme inequality. At the same time we find the vulnerable victims, without any possibility of defense, women raped within the family, children shot at schools, adolescents enslaved by organized crime, hunger of all kinds. This is the social framework that Brazil presents. It is necessary to improve the training of legal professionals with knowledge and ability to analyze of the reality in which the Law will be applied. Institutional violence is also a concern when the fundamental right to information is denied, when secrecy becomes the rule. Studies with such breadth and depth require an objective methodology that is in tune with doctors and analysts committed to fundamental human rights, the main foundation of the State.

6. METODOLOGIA: Estudos aprofundados sobre o ser humano capaz de violências e as finalidades buscadas pelo Direito, em especial no Brasil. Demandará presença obrigatória em sala de aula;envolverá palestras com os professores e especialistas convidados; aulas teóricas e seminários seguidos de debates. A Política de Dados Abertos, em especial sobre exclusão e violência será ferramenta eficaz para informações e comprovações de realidades para mestrandos e doutorandos, uma vez que busca-se o aprimoramento da formação, além de conhecimentos técnicos e legais. Assim sendo também deverão ser comprovados leituras e consultas a sites, e-books na preparação dos seminários e do trabalho semestral.

METHODOLOGY: In-depth studies on the human being, one capable of violence and at the sametime capable to abide to the purposes sought by Law, with special focus in Brazil. It will require mandatory attendance to classes. There will be lectures with invited teachers and experts, throughout the theoretical classes and seminars followed by debates. The Freedom of Information lawwill be used, especially to study exclusion and violence, as it is an effective tool for masters and Ph.D. students, since it helps to find reality based data, as well as technical and legal knowledge. Therefore, further bibliographic research in books, online database, e-books is required in the preparation of seminars and final paper.

7. CONTEÚDO (EMENTA):

O Ser Humano Pós-Moderno: Solidão e Depressões; Competitividade e Violência.Brasil: Concentração de Renda e Desigualdade;Desenvolvimento e Vulnerabilidade; Patriarcalismo e Opressão de Gênero; Escravização e Banalização da Violência; Violência Doméstica e de Gênero; Políticas de Ação Afirmativa; Crimes de Ódio. Violência Institucional: Corrupção; Transparência Ativa e Passiva; Segurança Pública: Letalidade e Vitimização; Segurança Pública e Segurança Nacional.

CONTENT: The Postmodern Human Being: Loneliness and Depression; Competitiveness and Violence. Brazil: Income Concentration and Inequality; Development and Vulnerability; Patriarchalism and Gender Oppression; Enslavement and Banalization of Violence; Domestic and Gender Violence; Affirmative Action Policies; Hate Crimes. Institutional Violence: Corruption; Active and Passive Transparency; Public Security: Lethality and Victimization; Public Security and National Security.

8. PROGRAMA DOS ENCONTROS: sala Alexandre Correa (Prédio Histórico - 3º andar)

Serão doze encontros às quartas–feiras, das 17 às 21 horas, com duas horas de aulas teóricas e duas horas de seminários sobre temas previamente definidos e divulgados ao alunado.

8.1. AULAS TEÓRICAS (14 horas) - Calendário:

20/março/2019 **ABERTURA:** Professora Eunice Aparecida de Jesus Prudente Apresentação da disciplina Conferência: **POR UM NOVO MODELO DE POLÍCIA NO BRASIL** Dr. Benedito Mariano - Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo
27/março/2019 **SEGURANÇA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA** - Análise dos Arts. 42; 142 e 143 e 144 da Constituição Federal Professora Dra. Eunice Prudente Professor Dr. Leandro Ferreira Bernardo (docente colaborador)
10/abril/2019 **UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL** (Análise da PEC Nº 51 de 2013) Docente Especialista Convidado: Professor Dr. Ronilson Luiz
24/abril/2018 **EXECUÇÕES SUMÁRIAS – DRAMA NOSSO DE CADA DIA** Docente Convidada: Professora Dra. Ingrid Leão
08/maio/2019 **PROJETO DE LEI ANTICRIME E OS POSSÍVEIS IMPACTOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA** Professor Dr. Leandro Ferreira Bernardo (docente colaborador)
15/maio/2019 **DEZ RAZÕES CONTRA A DIMINUIÇÃO DA MAIORIDADE PENAL** Docente Especialista Convidado: Dr. Ariel de Castro Alves
22/maio/2019 Docente convidado: Dr. Mario Luiz Sarrubbo (confirmar) Subprocurador Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Ministério Público do Estado de São Paulo
29/maio/2019 **O DIREITO DE SER NEGRO NO BRASIL: UM SER SUSPEITO?** Professora Dra. Eunice aparecida de Jesus Professor Dr. Leandro Ferreira Bernardo (Docente Colaborador)
05/junho/2019

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA Professor Dra. Leandro Ferreira Bernardo (Docente Colaborador)
12/junho/2019 Seminários
19/junho/2019 Seminários
26/junho/2019

8.2. SEMINÁRIOS (16 horas) - Calendário:

24/abril/2018 Seminário I : 18:30 horas **Tema: Ministério Público e combate ao trabalho análogo a escravo**
08/maio/2019 Seminário II : 18:30 horas **Tema: Controle do uso de armas de fogo**
15/maio/2019 Seminário III :18:30 horas **Tema: Adolescentes em situação de risco**
29/maio/2019 Seminário IV : 18:30 horas **Tema: Racismo e letalidade violenta**
05/junho/2019 Seminário V: 18:30 horas **Tema: Tráfico de drogas**
12/junho/2019 Seminário VI: 17 horas **Tema: Violência no campo: da lei da terra ao agronegócio** Seminário VII:18:30 horas **Tema: Violência sexual contra vulneráveis**

19/junho/2019 Seminário VIII: 17 horas **Tema: Violência doméstica** Seminário IX:18:30 horas **Tema: Injúria coletiva racial**
26/junho/2019

OBSERVAÇÃO: Os Senhores Alunos poderão escolher outros temas vinculados à questão de gênero e etnia e às questões do encarceramento feminino.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Os alunos serão avaliados pela participação em aulas, seminários, (pesquisas, leituras e consultas em sites) e elaboração de trabalho escrito.

Trabalho Escrito: Serão elaborados com fundamento nas aulas teóricas, seminários e pesquisas envolvendo temas sobre a violência. O conteúdo conterá, no mínimo de vinte laudas.

Os trabalhos deverão ser encaminhados eletronicamente ao e-mail:

euniceprudente@usp.br com cópia para eprudente@sp.gov.br

até o dia 03 de julho, às 18 horas.As minutas, facultativamente, poderão ser submetidas à análise quanto à aplicação das normas da ABNT, à Bibliotecária Maria dos Remédios, mediante prévio agendamento, via plataforma Moodle, cujas atenções e gratuidade agradecemos.

Somente serão aprovados os trabalhos que alcançarem nota superior a sete.

EVALUATION CRITERIA: Students will be evaluated for their participation in classes, seminars, reports and further research on online databases and preparation of a finalpaper.

Final paper: Tobe written based on theoretical classes, seminars and research involving the subject of violence. The papers, optionally, may be submitted to the analysis (ABNT standards) by the Librarian Maria dos Remédios, who we are grateful for, by prior appointment, through Moodle platform.

Only those students whose papers reach a grade higher than seven will be approved.

10. SITES

Secretaria de Segurança Pública	http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Default.aspx
Instituto Sou da Paz	http://www.soudapaz.org/upload/pdf/sdp_analisa_1o_sem_2017.pdf
Artigo 19	http://artigo19.org/
Transparência Brasil	https://www.transparencia.org.br/
Associação Contas Abertas	http://www.contasabertas.com.br/site/

Nazismo no Brasil: https://www.youtube.com/watch?v=tqhLWtWd_iM&sns=em

Geledés Instituto da Mulher Negra :http:/www.geledes.org.br

O Estado de São Paulo: http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,violencia-faz-brasil-viver-processo-de-descivilizacao-diz-pesquisador,70002193471

Campanha da Fraternidade - 2018: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cnbb-diz-ao-lancar-campanha-da-fraternidade-2018-que-corrupcao-e-violencia,03770578084ba7d3abbfe76a63e57cf5o1ifrmyr.html

Associação Brasileira de Pesquisadores Negros: http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/issue/view/25

11. REFERÊNCIAS:

AGUNE, Roberto Meizi; CARLOS, José Antonio; GREGORIO, Alvaro & BOLLIGER, Sergio

Da pra fazer?

E-book disponível nos formatos PDF, ePub e Mobi

http://igovsp.nt/sp/daprafazer/

ALEXY, Robert Teoria de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

ARENDT, Hannah A dignidade da política. Org. Antonio Abranches, trad. Helena Martins e outros, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993

ARISTÓTELES A política. Trad. Roberto Leal ferreira. SÃO Paulo: Martins Fontes, 1991

ARON, Raymond As etapas do pensamento sociológico. Trad. Sérgio Bath, SÃO Paulo:Martins fontes, 1999

AUAD, Denise A importância dos princípios para a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, em especial do princípio da dignidade humana sob o enfoque da alteridade IN Direitos humanos, democracia e justiça social, org. Denise auad e Bruno Costa Oliveira, S Paulo:Letras Jurídicas, 2017, p. 361

BARCELLOS, Ana Paula A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). Revista Diálogo Jurídico, Salvador, CAJ – Centro de Atualização Jurídica, v. 1, nº 6, setembro, 2001.
Disponível em: http://www.direitopublico.com.br Acesso em 10/novembro/2017.

BASAVE, Augusto. La dimensión jurídica Del hombre, fundamentos antropológicos de La filosofia Del derecho, Revista de Informação Legislativa, Brasília:Senado federal, 9(36):31-6, out/dez., 1972

BAUMAN, Zygmunt O mal-estar da pós-modernidade. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama, Rio de Janeiro:Zahar, 1998.

BENEVIDES, Maria Victoria A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular, SÃO Paulo: Ática, 1971

BERNARDO, Leandro Ferreira. A aprovação da PEC do trabalho escravo e a flexibilização do direito de propriedade no Brasil IN Revista da AGU, volume 14, Brasília:EAGU, 2015, p. 123-146.

_____ A declaração das nações unidas sobre os direitos dos povos indígenas e os direitos humanos, direitos humanos e socioambientalismo IN Souza Filho, Carlos Frederico Marés; Bergold,

Raul Cesar (Org.). Os direitos dos povos indígenas no Brasil:desafios do século XXI. Curitiba:Letra da Lei, 2013

_____ Democracia, direitos humanos e ambientalismo. Hiléia (UEA), v. 16
Disponível em http://periódicos.uea.edu.br/index.php/Hileia/issue/view/38
Acesso em: 10/novembro/2017

_____ O Brasil e a corte interamericana de direito humanos: uma análise das condenações sofridas pelo Brasil na corte interamericana de direitos humanos e do seu cumprimento. IN Bernardo, Leandro: Althaus, Ingrid G. (Org.) O Brasil e o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. S Paulo:Iglu, 2011.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho; Apresentação: Celso Lafer, Rio de Janeiro:Elsevier, 2004.

BOHM, David Diálogo: comunicação e redes de convivência. S Paulo: Palas Athena, 2005.

BOITEUX, Elza Antonia Pereira Cunha O dever de solidariedade, IN Direitos humanos, democracia e justiça social, Org. Denise Auad e Bruno Batista Costa Oliveira, S Paulo: Letras Jurídicas, 2016, p. 325..

BOSI, Alfredo Dialética da colonização. SÃO Paulo:Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade – CNV. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Relatório: textos temáticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília:CNV, 2014

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Censo do poder judiciário: Vide - vetores iniciais e dados estatísticos. Brasília: CNJ, 2014, p. 42.
Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf
Acesso em; 10/novembro/2017

BUCCI, Maria Paula Dallari Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. SÃO Paulo:Saraiva, 2013.

_____ O conceito de política pública em direito IN Políticas Públicas – reflexões sobre o conceito jurídico. Org. Maria Paula Dallari Bucci, São Paulo: Saraiva, 2006

BUFORD, Bill Entre os vândalos: a multidão e a sedução da violência. SÃO Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAGGIANO, Monica Herman Direitos humanos e democracia no século XXI IN Direitos humanos, democracia e justiça social, org. Denise Auad e Bruno Costa Oliveira, SPaulo:Letras Jurídicas, 2017, p. 305 .

CAMPILONGO, Celso Fernandes Política, sistema jurídico e decisão judicial. SÃO Paulo:Saraiva, 2011.

CANELA JUNIOR, Osvaldo O orçamento e a "reserva do possível": dimensionamento no controle judicial de políticas públicas IN Controle jurisdicional de políticas públicas, Coord. Ada Pellegrini Grinover e Kazuo Watanabe, Rio de Janeiro:Forense, 2013, p. 225.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra:Almedina, 1997.

CARNOY, Martin Estado e teoria política, Trad. Equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUCCAMP, Campinas:Papirus, 1990.

CASTILHO, Ricardo Direitos humanos – Processo histórico, evolução no mundo, direitos fundamentais, constitucionalismo contemporâneo, SÃO Paulo: Saraiva, 2010

COMPARATO, Fábio Konder Ética: direito, moral e religião no mundo moderno, SÃO Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____ Afirmação histórica dos direitos humanos, SÃO Paulo:Saraiva, 1999.

_____ Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas.
IN Revista de Informação Legislativa, Brasília a. 35, n. 138 abr/jun. 1998.
Disponível em: http://www.senado.leg.br/bdsf/
Acesso em 10/novembro/2017.

COSTA, Jurandir Freire Violência e psicanálise. IN Reflexões psicanalíticas sobre a violência I. . Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986

CRAVIOTTO, Joaquim Fome cerebral, Revista Isto É Senhor. Entrevista ao jornalista Luiz Fernando Sá em 15 de maio de 1995, p. 5-6.

DALLARI, Dalmo de Abreu Elementos de teoria geral do estado, S Paulo: Saraiva, 2010

_____ O estado federal, SÃO Paulo:Editora Ática, 1986.

_____ O futuro do estado, S Paulo:Saraiva, 2002.

_____ O poder dos juízes , SÃO Paulo:Saraiva, 1996.

_____ Terras indígenas: a luta judicial pelo direito. IN Conflitos de direito sobre as terras Guarani Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul. Conselho Indigenista Missionário Regional Mato Grosso do Sul, Comissão Pró Índio de São Paulo. Procuradoria Regional da República da 3ª Região (Org.) S Paulo: Atlas, 2000.

ENDO, Paulo César A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico. IN Reflexões psicanalíticas sobre a violência III. SÃO Paulo: Escuta, 2005.

FAORO, Raymundo Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. S Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan O negro no mundo dos brancos, S Paulo:Global, 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves Curso de direito constitucional, SÃO Paulo: Saraiva, 2012.
_____ Direitos humanos fundamentais, SÃO Paulo: Saraiva, 1996.

FOUCAULT, Michel Microfísica do poder. Org. e Tradução de Roberto machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FRASER, Nancy A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. IN revista Crítica de Ciências Sociais. N. 63. p. 7-20, Tradução de Teresa Tavares, 2002.
Disponível em: http://rccs.revues.org Acesso em: 09/novembro/2017
_____ Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". Tradução de Júlio Assis Simões. IN Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.
Disponível em: http://www.periodicos.usp.br/cadernosdecampo>
Acesso em: 09/novembro/2017

FREIRE, Paulo Educação como prática da liberdade, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FURTADO, Celso Formação econômica do Brasil. SÃO Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALLO, Jorge Ivan Hubner La igualidad desde El punto de vista filosófico, social y jurídico IN Revista de Informação Legislativa, Brasília\\\\;senado Federal, 9(36), p.113-120, out, 1972.

GRINOVER, Ada Pellegrini O controle jurisdicional de políticas públicas IN O controle jurisdicional de políticas públicas, Coord. Ada Pellegrini Grinover e Kazuo Watanabe. Rio de Janeiro:Forense, 2013, p. 125.

LAFER, Celso A reconstrução dos direitos humanos, SÃO Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo Globalização, Regionalização e Soberania, S Paulo: Ed. Juarez Oliveira, 2003.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo Interesses Difusos – conceito e legitimação para agir, S Paulo: Revista Tribunais, 2004.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva Transparência administrativa: publicidade, motivação e participação popular, SÃO Paulo: Saraiva, 2010.

MEDAUAR, Odete Controle da Administração Pública, S Paulo: Revista Tribunais, 2014.

MORAES, Alexandre Direito constitucional, SÃO Paulo: Atlas, 2016.
_____ Direitos humanos fundamentais, SÃO Paulo: Atlas, 1997.

MORAES, Evaristo A Campanha Abolicionista, Rio de Janeiro:Leite Ribeiro, 1924
_____ A Escravidão Africana no Brasil, Brasília:Unb, 1986

OLIVEIRA, Bruno Costa Repensando a Teoria Geral do Estado: Nem dogmática, nem pragmática, apenas uma ciência social IN Direitos humanos, democracia e justiça social, org. Denise Auad e Bruno Costa Oliveira, S Paulo:Letras Jurídicas. 2017, p. 611.

PIOVESAN, Flávia Direitos humanos e o direito internacional, são Paulo: Saraiva, 2011.

_____ A atual dimensão dos direitos difusos na Constituição de 1988. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo9, n. 38, p. 75-89, dez. 1992.

_____ Constituição e transformação social e eficácia das normas constitucionais programáticas e a concretização dos direitos e garantias fundamentais. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. n. 37, p. 63-74, jun. 2991.

PRADO JÚNIOR, Caio Formação do Brasil contemporâneo. SÃO Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil – a cidadania negra em questão. Campinas: Julex, 1989.

_____ Direito à personalidade integral – cidadania plena. Tese de doutorado. Área Direito do Estado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor Orientador: Dalmo de Abreu Dallari, 126 p., 1996.
_____ Educação em direitos – um caminho para a igualdade racial. IN Revista Brasileira de Filosofia, (Homenagem Professor Celso Lafer), ano 60. N. 236, jan-jun, 2011, p. 35-69.
_____ Preeminência política: os direitos da personalidade são fundamentais. IN Direitos humanos, democracia e justiça social, S Paulo: Letras Jurídicas, 2016, p. 643-655.

RANIERI, Nina Teoria do estado. Do estado de direito ao estado democrático de direito, SÃO Paulo: Manole, 2013.
_____ Um conceito mais amplo de liberdade, desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos – multilateralismo e cidadania mundial, Externa, S Paulo:, v. 14, p. 25-40, 2005.

RAWLS, John Uma teoria de justiça. Nova tradução, baseada na edição americana revista pelo autor, Jussara Simões; revisão técnica e da tradução Álvaro de Vita. SÃO Paulo: Martins Fontes, 2008.

REALE, Miguel Filosofia do direito, SÃO Paulo: Saraiva, 1991.

RIOS, Roger Raupp Direito da antidiscriminação: discriminação direta e indireta e ações afirmativas, Porto Alegre:Livraria do Advogado Editora, 2008.

ROUSSEAU, Jean Jacques Emílio ou da educação. Trad. Sergio Muller, S Paulo: Difel, 1979

_____ O contrato social, Trad. Antonio D. P. Machado. Estudo crítico: Afonso Bertagnoli, Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

SÃO PAULO (Estado). Ministério Público. Centro de Apoio Operacional Cível e tutela Coletiva. Patrimônio Público. Apontamentos à Lei Anticorrupção Empresarial (Lei nº 12.846/13) Ministério Público do Estado de São Paulo – São Paulo: MP-SP, 2015

SANTOS, Tiago Vinicius André Uma análise do racismo institucional na segurança pública IN Direitos Humanos, democracia e justiça social, org. Denise Auad e Bruno Costa Oliveira,
S Paulo:Letras Jurídicas, 2017, p. 259.

SARLET, Ingo Wolfgang. A EFICÁCIA DOS DIREITO FUNDAMENTAIS. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2006.

SILVA, Allyne Andrade O programa Brasil quilombola e a efetividade do direito à cidadania integral IN Direitos Humanos, democracia e justiça social, org. Denise Auad e Bruno Costa Oliveira, S Paulo:Letras Jurídicas, 2017, p. 233.

SILVA, José Afonso Curso de direito constitucional positivo. S Paulo: Manoel, 2014.

SILVA, Virgílio Afonso Integração e diálogo constitucional na América do Sul. IN Bogdandy, Armin Von; Piovesan, Flavia; Antoniazzi, Mariela Morales (Orgs.) Direitos humanos, democracia e integração jurídica na América do Sul. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 515-530.

_____- O Judiciário e as políticas públicas: entre transformação social e obstáculo à realização dos direitos sociais. IN Souza Neto, Claudio Pereira; Sarmento, Daniel. Direitos sociais: judicialização e direitos sociais em espécies. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 587-599.

_____ O STF e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública. Revista de direito Administrativo 250 (2009): p. 197-227.
Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/4144
Acesso em: 09/novembro/2017.

SOUZA, Maria L. Ribeiro Violência. IN Reflexões psicanalíticas sobre a violência II. S Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

UNGARO, Gustavo Responsabilidade do estado e direitos humanos, SÃO Paulo:Saraiva, 2010

VARVIN, Sverra &VOLKAN, Vamik D. Violência ou diálogo? Reflexões psicanalíticas sobre o terror e terrorismo. S Paulo: Palas Athena, 2008.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando A constituição do campo de análise e pesquisa da antropologia jurídica. Prisma jurídico. São Paulo. v. 6, p. 333-349, 2007.

WATANABE, Kazuo Controle jurisdicional das políticas públicas – “Mínimo existencial” e demais direitos fundamentais imediatamente judicializáveis IN O controle jurisdicional de políticas públicas, coord: Ada Pellegrini Grinover e Kazuo Watanabe, Rio de Janeiro:Forense, 2013, p. 213.